

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº , DE 2026
(Do Senhor Helio Lopes)

Solicita ao Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores, Mauro Vieira, esclarecimentos oficiais sobre a iminência de um novo tarifaço comercial de até 37,5% contra produtos brasileiros, os bastidores do encerramento precoce do grupo de trabalho bilateral e o impacto diplomático de denúncias de corrupção e ingerência política no sistema financeiro.

Senhor Presidente,

Com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, e nos arts. 115 e 116 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, encaminho o presente Requerimento de Informação ao Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores, Mauro Vieira, para que forneça, no prazo constitucional, sob pena de responsabilidade, as seguintes informações e documentos oficiais:

1. Atas e Relatórios do Grupo de Trabalho Bilateral:

Disponibilizar cópia integral de todas as atas, relatórios de reuniões, correspondências oficiais e memorandos técnicos produzidos pelo grupo de trabalho bilateral Brasil-EUA, instituído após o encontro presidencial de maio de 2026, com duração prevista de trinta dias e encerramento programado para o dia 7 de junho de 2026.

2. Análise de Alertas e Bastidores Diplomáticos:

Confirmar se o Ministério das Relações Exteriores recebeu, ou teve ciência, conforme revelado em reportagem de bastidores do portal UOL publicada em 3 de junho de 2026 (intitulada "**Bastidores: EUA indicaram ao Planalto risco de**



novos tarifação semana passada")¹, de alertas prévios do Escritório de Comércio dos Estados Unidos (USTR) sobre o risco iminente de aplicação das sanções comerciais unilaterais.

Caso positivo, encaminhar cópia das respectivas notas diplomáticas, comunicações oficiais, memorandos ou demais documentos existentes sobre o tema.

3. Detalhamento de Contrapropostas e Planos de Conformidade:

Informar quais compromissos formais, planos de conformidade ou garantias foram apresentados pelo Governo brasileiro à contraparte norte-americana para tentar sanar as preocupações de mercado e afastar as barreiras tarifárias da **Seção 301** e as investigações sobre trabalho forçado, especificamente nos seguintes temas:

- a) Medidas de monitoramento e repressão ao desmatamento ilegal na cadeia de suprimentos agrícolas;
- b) Protocolos de compliance e combate à lavagem de dinheiro por meio de ativos virtuais e do sistema de pagamentos instantâneos (Pix);
- c) Barreiras ao mercado de etanol e proteção de propriedade intelectual.

JUSTIFICAÇÃO

O cenário delineado pelas recentes movimentações do Escritório de Comércio dos Estados Unidos expõe o setor produtivo nacional a prejuízos sem precedentes, com a iminência de barreiras tarifárias cumulativas que podem alcançar o patamar severo de 37,5% sobre as nossas exportações.

Segundo dados oficiais, essa retaliação comercial atingirá diretamente 21% de todas as exportações brasileiras enviadas aos norte-americanos. Setores estratégicos e geradores de emprego de nossa economia real, como a indústria de madeira, máquinas e equipamentos, manufaturados e produtos elétricos, serão severamente punidos pela imposição dessas tarifas de importação.

¹ LIMA, Daniela. Bastidores: EUA indicaram ao Planalto risco de novo tarifação semana passada. UOL Notícias, São Paulo, 3 jun. 2026. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/colunas/daniela-lima/2026/06/03/bastidores-eua-indicaram-ao-planalto-risco-de-novo-tarifaco-semana-passada.htm>. Acesso em: 9 jun. 2026.



Enquanto o Governo Federal tenta contornar o problema na arena doméstica acusando opositores políticos e utilizando inovações técnicas consolidadas, como o Pix, para inflamar discursos ideológicos nacionalistas, os fatos indicam uma grave negligência diplomática e regulatória. Conforme revelado pela colunista Daniela Lima (UOL), em 03/06/2026, as autoridades de comércio dos Estados Unidos já haviam alertado formalmente o Planalto sobre a iminência do tarifaço. Esse aviso prévio demonstra que o grupo de trabalho de trinta dias estabelecido entre os países foi sumariamente atropelado pela insatisfação norte-americana antes do prazo de encerramento, que ocorreria em 7 de junho.

Ademais, os relatórios oficiais que dão suporte jurídico à **Seção 301 dos Estados Unidos** apontam expressamente "**deficiências graves em práticas anticorrupção**" no Brasil. Sob a ótica internacional, tal desconfiança é alimentada por episódios graves revelados pela Polícia Federal na Operação Compliance Zero, onde mensagens demonstram que, em 4 de dezembro de 2024, o Presidente da República utilizou o Palácio do Planalto para realizar aconselhamentos informais e interferir diretamente na venda privada do Banco Master ao BTG Pactual. Essa anômala intervenção política na ordem econômica gera insegurança jurídica sistêmica e destrói a credibilidade regulatória do País perante os principais parceiros globais.

Portanto, para que o Poder Legislativo cumpra sua missão constitucional de fiscalização e controle sobre os atos do Poder Executivo, faz-se indispensável que o Ministro de Estado das Relações Exteriores apresente o detalhamento integral das contrapropostas formuladas pelo Governo brasileiro e esclareça as razões que conduziram ao fracasso diplomático que resultou na iminente punição comercial do setor exportador brasileiro.

Sala das Sessões, 09 de junho de 2026.

**Deputado HELIO LOPES
PL/RJ**

